

“The government is angry. Neither TSU nor TSA”. Laughing so as not to cry: cyberculture and active citizenship in Mozambique

“Governo zangou. Nem TSU e nem TSA”. Rindo para não chorar: cibercultura e cidadania ativa em Moçambique

Tânia da Assunção Machonisse*, Orquídea Maria Moreira Ribeiro**

*  Departamento de Letras, Artes e Comunicação Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (tmachonisse@utad.pt)

**  Departamento de Letras, Artes e Comunicação Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (oribeiro@utad.pt)

Abstract

“The Government is angry. Neither TSU nor TSA’. Laughing so as not to cry: Cyberculture and active citizenship in Mozambique” is a scientific proposal on the role of memes as an experience of active and participatory digital citizenship in Mozambique. Inspired by the failure of the implementation of the Single Remuneration Scale (TSU - *Tabela Salarial Única* – in Portuguese) by the government of Mozambique in 2022, and in view of the demand from public servants and society in general for the resumption of the Previous/Old Remuneration Scale (TSA - *Tabela Salarial Anterior/Antiga* – in Portuguese), this research, using a literature review and the Critical Discourse Analysis (CDA), intends to use memes generated on Facebook, related to the crisis and debts due to salary delays in the months of July and August 2022, to build an understanding of how humour and irony have constituted a tool of counterpower and social criticism in Mozambique.

Keywords: TSU, cyberculture, digital citizenship, memes.

Resumo

“Governo zangou. Nem TSU e nem TSA’. Rindo para não chorar: Cibercultura e cidadania ativa em Moçambique” é uma proposta científica sobre como os memes representam a vivência de uma cidadania digital ativa e participativa em Moçambique. Inspirado no fracasso da implementação da Tabela Salarial Única (TSU) pelo governo de Moçambique, em 2022, e perante a exigência dos funcionários públicos e da sociedade em geral para a retoma da Tabela Salarial Anterior/Antiga (TSA), esta pesquisa, servindo-se da revisão da literatura e da Análise Crítica do Discurso (ACD), busca a partir dos memes gerados no *Facebook*, por causa da crise e dívidas face ao atraso salarial nos meses de julho e agosto de 2022, construir um entendimento sobre a forma como o humor e a ironia se têm constituído numa ferramenta de contrapoder e crítica social em Moçambique.

Palavras-chave: TSU, cibercultura, cidadania digital, memes

Introdução

O governo de Moçambique aprovou a Tabela Salarial Única (TSU) por via da Lei nº 5/2022 de 14 de fevereiro, que estabelece os princípios, regras e critérios para a fixação de remuneração dos servidores públicos. No entanto, logo após a entrada em vigor da referida Lei, a 15 de junho de 2022, despoletaram reclamações

dos funcionários públicos devido às inconformidades existentes na aplicação da TSU referentes ao tempo de serviço e à idade. Este facto contribuiu para que o governo de Moçambique recuasse na implementação da TSU, o que supostamente provocou atraso no pagamento dos salários dos meses de julho e agosto de 2022, indignando a sociedade que exigiu o retorno da Tabela Salarial Antiga (TSA). Este recuo gerou manifestações de indignação e solidariedade coletiva através do uso das redes sociais digitais com enfoque para o Facebook com memes como: "TSU: suor e lágrimas"; "AgosTSU"; "Governo zangou nem TSU e nem TSA: Professores e dívidas neste momento"; "Eu dou aulas na TSUurma 'B'". Estas ações coletivas sustentadas pelas plataformas digitais inspiram o estudo sobre como a sociedade moçambicana, usando dos média digitais, tem construído discursos sobre os processos do quotidiano, bem como um sentido de cultura participativa no ciberespaço.

Através da revisão da literatura sobre cidadania digital em Moçambique e da Análise Crítica do Discurso foi possível depreender que os debates sobre a cibercultura e o ciberativismo neste país estão focados: (1) na relação entre participação virtual e presencial em momentos de pleitos eleitorais; (2) na construção de discursos de mobilização social para a ação coletiva de protestos e; (3) na provisão, pelo Estado, de tecnologias e plataformas digitais de participação democrática. No entanto, a pesquisa conclui que estudos em Moçambique que contribuam para a compreensão sobre o ciberativismo, enquanto prática social que valide uma ação coletiva per se, são escassos. É sobre esta última constatação que a presente proposta de pesquisa indaga: (a) que papel é que a cibercultura em países como Moçambique, com regimes democráticos em consolidação, desempenha na formação de evidências de uma consciência coletiva ativa e desperta sobre práticas de cultura participativa? (b) de que forma é que o humor e a ironia têm sido usados na consolidação de uma cibercultura de contrapoder e crítica social em Moçambique? Nestes termos, segue-se para o debate teórico que orienta a pesquisa.

Cibercultura, ciberdemocracia e cidadania digital

A Internet e o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são indicados como um dos principais elementos que facilitaram o surgimento da cibercultura, a partir da década de 1990, através da apropriação do ciberespaço por milhões de pessoas (Lévy, [1997] 1999; Cavalcante, 2010; Rüdiger, [2011] 2013; Rossi, 2017; Peres, 2019; Vicente e Andrade, 2020). De acordo com o livro *Cibercultura* (1999, p. 32) de Pierre Lévy, nos finais da década de 1980 e princípios da década de 1990, impulsionado pelo surgimento do Computador Pessoal, viveu-se na sociedade norte-americana uma adesão massiva, principalmente de jovens tecnicamente especializados e de académicos, ao uso daquela novidade tecnológica que levou à intensificação da apropriação do ciberespaço e, conseqüentemente, de diferentes interações e atividades entre os seus usuários.

Complementarmente, o artigo "Das teorias da cibercultura: entre potencialidades, contradições e dilemas" (2020, p. 66), de Adalberto Luis Vicente e Rangel Gomes Andrade, explica que a cibercultura nada mais é do que a "colonização" desse espaço virtual [ciberespaço] e as relações e interações sociais, culturais e políticas que passam a ocorrer nele", decorrente do "processo de massificação do acesso, com o surgimento da *World Wide Web*, em 1994". Igualmente, a tese de doutoramento *Redes sociais e ciberativismo: Motivações, expectativas e esperança* (2017, p.11) de Teresinha de Jesus Noske Rossi aponta que "A

Internet nos brindou com mais um espaço de convivência e veiculação de informações, que vem sistematicamente transformando nossas formas de ser e estar no mundo”. Infere-se que a cibercultura resulta da intersecção entre a disponibilização tecnológica, a Internet e as diferentes formas como os usuários vão interagindo com essas tecnologias, por meio da qual (intersecção) a Internet gera interconexões entre as pessoas, mas também entre os diferentes dispositivos tecnológicos.

É consensual, entre os autores em referência, o contributo de Pierre Lévy para a identificação dos três principais elementos que caracterizam a cibercultura, nomeadamente: interconexões, inteligência coletiva e comunidades/tribos virtuais. Estes três elementos operam em conjunto, de forma conexa e dependente uns dos outros. Neste sentido, as interconexões referem-se à capacidade dos dispositivos tecnológicos de informação e comunicação estarem ligados à rede de Internet e a partir daí gerarem e partilharem dados, o que permite o surgimento de uma inteligência coletiva sempre aberta e disponível a agregar mais conhecimento e informação, através de seus usuários que formam comunidades de interesse ou tribos virtuais ligadas pela possibilidade de acesso e de produção de diverso conteúdo. É neste contexto que Lévy (1999, p. 111) defende que a cibercultura é, essencialmente, “universal sem totalidade” uma vez que, de forma contínua ou ininterrupta, dados e/ou informações são partilhados através de dispositivos tecnológicos conectados à Internet. Essa capacidade de interconexão entre diferentes computadores ligados à rede de Internet constitui o “universal” da cibercultura e a sua “não totalidade” reside no facto de não existir um “centro” de produção ou partilha desses dados. O autor explica que

A cada minuto que passa, novas pessoas passam a acessar a Internet, novos computadores são interconectados, novas informações são injetadas na rede. Quanto mais o ciberespaço se amplia, mais ele se torna ‘universal’, e menos o mundo informacional se torna totalizável. O universal da cibercultura não possui nem centro nem linha diretriz (Lévy, 1999, p. 111).

Lévy (1999, p. 120) é incisivo na sua tese sobre a impossibilidade não apenas de controlo do ciberespaço, como também na inaplicabilidade de termos como “anarquia” ou “desordem” no contexto da cibercultura, uma vez que estes termos se mostram contrários ao projeto/propósito de incentivo à “diversidade” de experiências humanas o qual o ciberespaço serve. O autor afirma: “Posso agora enunciar seu paradoxo central: *quanto mais universal (extenso, interconectado, interativo), menos totalizável.* (...) Esse universal dá acesso a um gozo do mundial, à inteligência coletiva enquanto ato da espécie. (...) Anarquia? Desordem? Não. Essas palavras apenas refletem a nostalgia do fechamento” (Lévy, 1999, p. 120). Para este autor, é na participação dos usuários do ciberespaço que se opera a cibercultura e se concretiza a inteligência coletiva, o que conduz o debate para os conceitos ou fenómenos de ciberdemocracia, ciberativismo e cidadania digital. Estes três conceitos seriam o resultado da possibilidade de formação de comunidades virtuais e dos ganhos que os governos estão a tirar a partir da abertura de meios de comunicação e de participação virtual junto dos seus cidadãos e estão associados a um serviço prestado pelas instituições do Estado regidos por regimes democráticos, bem como à possibilidade que as redes sociais digitais criam através do estabelecimento de fluxos de comunicação multidirecional e livre de hierarquias organizacionais que regem as dinâmicas dos média tradicionais (periódicos, rádio e televisão). Neste cenário, a ciberdemocracia seria

uma nova consciência política organizada a partir de um incremento de liberdade supostamente proporcionado pelo acesso irrestrito ao conhecimento (...) Em um contexto de ciberdemocracia, Estado e Leis passam a assimilar os efeitos da cibercultura (...) a partir de experiências com modelos de organização política flexíveis e descentralizados (Guedes, 2021, p. 262).

A possibilidade de exercício de liberdade de expressão por meio das redes sociais digitais e da mobilização de iniciativas de comunicação entre o Estado e seus cidadãos através de portais eletrônicos, são apontados como elementos-chave para o entendimento do conceito de ciberdemocracia. Em “Democracia no século XXI: a internet como ferramenta a serviço do cidadão e do estado” (2019), Fabíola de Carvalho Leite Peres considera que

a ciberdemocracia consiste na criação de processos e mecanismos de discussão online, visando ao convencimento mútuo, a partir do diálogo entre o cidadão e o Estado, para se chegar a uma política de decisões, onde a participação popular se torna mais real em termos práticos” (2019, p. 9).

No mesmo prisma, Ludmila Noronha defende, no artigo “Ativismo na internet – uma nova configuração de esfera pública” (2013, p. 5), que as comunidades virtuais fazem uso “das ferramentas que caracterizam o meio digital para o estabelecimento de novas práticas de participação, reconfiguradas pela rapidez e praticidade de organização e engajamento – é o caso do ciberativismo. (...) o poder da coletividade pode conferir legitimidade às demandas que surgem no âmbito da sociedade”. Sincronicamente, o debate sobre a cidadania digital é construído a partir da simbiose que resulta da vivência da ciberdemocracia e do ciberativismo, por intermédio da qual os cidadãos podem produzir e consumir conteúdos livremente, através das redes sociais digitais, fazendo representar os seus interesses e usando as plataformas digitais criadas pelas instâncias governamentais, tal como o caso do governo eletrônico, para participarem ativamente na vida política de suas sociedades.

Destaca-se, neste contexto, as reflexões de Peres (2019, p. 8), segundo as quais as dinâmicas de exercício de cidadania transcendem o “direito voto” e as novas tecnologias digitais vêm colocando novos desafios aos sistemas de democracia representativa, que tendem a ceder ao potencial que a Internet tem criado, principalmente, para a liberdade de expressão e para a formação de comunidades virtuais através dos média e das redes sociais digitais. Do mesmo posicionamento partilha Rossi (2017, p. 36), que argumenta que a Internet vem romper com padrões de participação cívica centralizados no exercício do voto e de afiliação político-partidária, ao ser uma plataforma aberta para a expressão de diferentes opiniões e ações concertantes às preocupações das pessoas, de forma livre e independente de ditames institucionais:

Assim, a cidadania digital é a possibilidade de ampliar a cidadania tradicional através do uso da Internet. (...) Isto é, a internet possibilita uma participação política sem a necessidade de se filiar a associações ou instituições políticas. Para defender uma causa ou ideal, basta estar conectado. (2017, p. 36).

Por sua vez, Noronha (2013, p. 9) usa termos como “pluralidade de opiniões e acesso à esfera de visibilidade”, para descrever as possibilidades que a Internet gera para o exercício da cidadania digital. Cavalcante (2010, p. 40) observa que “Um dos principais objetivos deste ativismo eletrônico é combater o desinteresse pela coisa pública e criar canais de participação autênticos”. Concomitantemente, em “Desenhando o ciberativismo no *Facebook*: a potência da crítica em páginas de ilustradores independentes”

(2018), Adélia Barroso Fernandes e Leilane Tolentino Stauffer evidenciam que, “Na Internet, o perfil do alternativo e do independente ganha força e voz, tornando-se lugar do contra-argumento, oferecendo outras leituras, enquadramentos e construindo seus próprios discursos” (2018, p. 909), mostrando, desta forma, o valor que os cidadãos dispõem para colaborar no debate público de ideias, de forma autêntica, livre e sem a intermediação dos média tradicionais que constituíam um serviço privilegiado de provisão de espaço público que atualmente está muito mais descentralizado e acessível a qualquer pessoa que disponha de Internet.

Beatriz Braga Bezerra e Rafael Ofemann confirmam o acima exposto, no artigo “Humor, ironia e intertextualidade: produção e consumo da série *Narcos* no Facebook” (2016, p. 56): “Na cibercultura, os consumidores tensionam o poder de comunicação antes restrito a conglomerados de mídia, pois, ao possuírem espaço para divulgação e interação em escala global, assumem papel equivalente”.

A esfera pública digital tem desempenhado um papel crucial na emergência de um “contrapoder” que se opõe à hegemonia política. Se anteriormente o controle da informação e do discurso público estava concentrado nos meios de comunicação de massa tradicionais e nas instituições políticas, a Internet democratizou o acesso e a produção de conteúdos, criando novas dinâmicas de poder e resistência. A Internet e as redes sociais são ferramentas poderosas para a coordenação de ações e a mobilização de cidadãos, enquanto a esfera pública digital dá visibilidade a lutas locais que se disseminam para uma audiência mais alargada, permitindo o surgimento de contranarrativas que desafiam a verdade oficial da hegemonia política.

Todavia, desafios inerentes à esfera pública digital emergem e se manifestam de duas principais frentes: quantitativa (abrangência, representatividade e controle/manipulação algorítmica) e qualitativa (*fake news* e literacia mediática), (Patrocínio 2008; Flores e Escola, 2009; Silva, 2013; Dias e Santos, 2020; Carvalho et al., 2025). A problemática da inclusão digital é uma temática amplamente desenvolvida na literatura em referência, uma vez que nem todas as pessoas, de todos os lugares geográficos e estratos sociais têm acesso à internet e, por isso, podem estar presentes/representadas no ciberespaço. Mais concretamente, as dinâmicas geopolíticas entre países ricos e pobres subsistem neste debate. Segundo o artigo “O papel das novas tecnologias na construção da cidadania: a plataforma Moodle no 1º ciclo do Ensino Básico” (2009, p. 79) de Paula Quadros Flores e Joaquim Jacinto Escola:

A revolução tecnológica pode ainda conduzir à pobreza os que não tiverem acesso ao conhecimento, os que não souberem adaptar-se às novas tecnologias ou os que se limitam passivamente a receber informações sem participar neste vagão inovador e em permanente conectividade; pode assim aumentar a ruptura e o desnível entre indivíduos, regiões ou países pelas diferentes oportunidades da capacidade de aprender e concretizar inovações.

Questiona-se a universalidade do acesso à esfera pública digital não apenas ligada ao conhecimento que permite usufruir desta, mas também à disponibilidade tecnológica, mais precisamente à capacidade de os governos de países mais pobres investirem ou atraírem investimento para as necessárias infraestruturas tecnológicas que abram oportunidades para a concretização do ciberespaço. Em “Cidadania Digital para Todos?” (2020, p. 3), Cristina Dias e Carla Santos indicam: “em muitas partes do mundo, há desigualdades extremas de gênero no acesso às tecnologias digitais. A falta de infraestruturas e de conectividade acessível continua a ser um desafio crítico”. Para além de relatar uma série de mudanças no modo de socialização

promovidas pelas TIC, como teletrabalho e isolamento social, o artigo “Cidadania digital crítica em meio aos desafios políticos impostos pela pandemia da COVID-19” (2025) de João de Carvalho, Luiz Gomes, Antônio Zuin e Luiz Lastória, debate o impacto do uso dos algoritmos na manipulação da informação, principalmente publicitária, que permeia o espaço virtual. Carvalho et al., (2025, p. 19) mostram que se manifesta na esfera pública digital o fenómeno de “capitalismo de vigilância” através do qual dados dos usuários do ciberespaço são coletados por meio de algoritmos que permitem traçar os hábitos dos internautas que são comumente usados para sugerir bens e serviços de consumo.

Neste prisma, esboçam-se entendimentos sobre a visão qualitativa que se deve observar na esfera pública digital. A publicação “Participação e deliberação: um estudo de caso dos comentários às notícias sobre as eleições presidenciais brasileiras” (2013) de Marisa Torres da Silva apresenta uma abordagem crítica face à qualidade dos conteúdos que são gerados e consumidos do ciberespaço, os quais comprometem o ideal democrático que se advoga nesta esfera digital. Para a autora:

as possibilidades para uma maior participação não são sinónimo imediato da geração de um debate que promova os ideais democráticos – frequentemente, a comunicação online caracteriza-se pela expressão de opiniões ‘apressadas’ (Papa-charissi, 2002: 16) e, adicionalmente, aspectos como o ‘flaming’ (posts de carácter abusivo), o ‘trolling’ (posts que têm como objectivo desinformar, enganar, provocar, desestabilizar ou trivializar o debate) ou a violência verbal tornam as discussões online particularmente vulneráveis à disrupção e, simultaneamente, desafiam os requisitos normativos da tolerância e da sinceridade (Dahlberg, 2001: 7-10 (Silva, 2013, p. 84).

Em “Para uma genealogia da cidadania digital” (2008), Tomás Patrocínio advoga a necessidade de aprimoramento dos mecanismos que garantam maior responsabilidade no consumo dos conteúdos do ciberespaço, uma vez que cada vez mais depara-se com informação falsas/*fake news*. Este autor salienta que “Uma (...) questão relevantíssima é da fidedignidade da informação. (...) O grande desafio que a era Internet coloca a crianças, jovens e adultos é o de aprender a avaliar a informação na sua globalidade (Patrocínio, 2008, p.55).

Sobre este aspeto, Carvalho et al., (2025, p. 6) promovem um entendimento holístico sobre a necessidade de um equilíbrio na forma como o debate académico deve ser conduzido sobre o ciberespaço. Os autores argumentam que, de um lado, perspetivas positivas sobre o espaço digital devem ser incentivadas; enquanto se atenta às dinâmicas de poder desiguais e às fragilidades que se manifestam tanto na qualidade dos conteúdos produzidos e consumidos, como na quantidade dos mesmos, os quais devem orientar reflexões éticas sobre a gestão algorítmica.

Humor como crítica e ferramenta de gestão de tragédias sociais: Breves notas

Berthold Brecht afirma que ‘viver num país onde não há Humor é insuportável mas ainda é mais insuportável viver num país sem a necessidade de ter Humor’ (Martins, 2014, p. 341).

O humor, a comédia e o riso são elementos indispensáveis para a vida social e para a gestão dos diferentes acontecimentos e dilemas que se vão sucedendo numa sociedade. A crítica social, através da comicidade, indica a literatura, é fundamental para que exista alívio, leveza ou tubo de escape para interpretar os momentos mais complexos de uma sociedade (Oliveira, 2009; Ferreira, 2009; Martins, 2014; De Mattos e Camargo, 2015; Vianna, 2015; Dal-Sasso, 2016; Cesar e Hoff, 2017; Bernardo, 2018; Pais e Espanha, 2018;

Rojas, 2018; Correia, 2021). Para evidenciar estes pressupostos recorre-se ao artigo "A seriedade do Humor ao longo dos séculos: uma retórica do poder político ou de um contra-poder?" (2014, p. 325) de Ana Isabel Correia Martins que explica que "o ambiente político-social em que hoje vivemos, exige do Humor a problematização, aparentemente descomprometida de seriedade mas insistente na descoberta de alternativas, na denúncia e na revelação dos vícios do sistema. Como instrumento democrático, o Humor reclama essa sua liberdade de expressão". Similarmente, a Monografia "Indiretas já: a crítica social no riso" (2015) de Katiúscia Vianna questiona:

E diante de uma realidade confusa que acompanha as imperfeições e erros do homem, qual seria a melhor opção senão rir? (...) Ao assumir uma posição crítica, consegue tratar dos mais diferentes assuntos, até daqueles considerados trágicos ou tabus, de maneira direta, e transformando, muitas vezes, a dor em prazer (2015, p. 2).

Em "Rir para não chorar: o retrato crítico da moralidade do homem de classe média na crônica de Luis Fernando Verissimo", Alan Leal de Mattos e Luiz Rogério Camargo (2015) confirmam que

Esse atrito entre o estabelecido socialmente e a contingência da vida não somente gera o riso enquanto condição de riso, mas demonstra a necessidade de se considerar a vida com a leveza, sem abandonar as regras, necessárias à vida cotidiana, contudo sem deixar a vida sufocada pela 'burocracia social' (2015, p. 459).

De igual modo, o artigo "O humor e a ironia no Auto da Compadecida" de Sonia Maria Dal-Sasso (2016) salienta que

O riso, o humor e a ironia têm sido grandes recursos da literatura seja como escapismo e ou como crítica moralizante. (...) É por meio da ironia que o homem ri de si mesmo, de suas crenças e ingenuidades, indicando o que existe de representação e de fingimento nos sistemas e ideologias (2016, p. 98).

Outra abordagem sobre o papel do humor como gestão das controvérsias sociopolíticas é a crítica e a ridiculização das crises numa sociedade, cujo efeito, defende o artigo "A ironia como produção de humor e crítica social: uma análise pragmática das tiras de Mafalda" (2009, s.p.) de Mônica Smiderle de Oliveira, é a inferiorização da magnitude dessas situações diante da sociedade. Observa Diógenes Arruda Ferreira, no seu artigo "O humor como resistência ao controle social autoritário no Brasil pós-1964: reflexões sobre a imprensa alternativa" (2009, s.p) que "A utilização do humor como instrumento social não implica, é claro, numa liberdade total de ação. Aquilo que produz um efeito cômico para determinado grupo, pode gerar revolta e retaliações violentas dos alvos da ridicularização".

Apesar de perspectivas que alertam para o poder de reprodução de discursos estereotipados contra minorias sociais e da necessidade de vigilância pela ética e da possibilidade de preservar uma comunicação "politicamente correta" (Vianna, 2015), na generalidade existe unanimidade em reconhecer a comédia/humor como um instrumento de crítica e resistência face aos dilemas sociopolíticos experienciados numa determinada sociedade, fazendo do humor uma prática socialmente contextualizada ou localizada (Correia, 2021; Dal-Sasso, 2008). Por fim, vale partilhar as reflexões contidas no artigo "O (novo) humor à luz da análise do discurso crítica" (2018, p. 11) de Maria Cecília Bernardo que fazem referência ao impacto

dos média para a globalização desta arte, que teve início com o cinema e na atualidade a Internet tem massificado as possibilidades de produção e consumo de conteúdos humorísticos:

Tratando-se de percurso histórico da comédia (humor), é imprescindível citar o impacto e a transformação advinda da inserção da tecnologia, mais precisamente, com a chegada do cinema no final do século XIX e início do século XX. (...) A partir de então, o humor não só se disseminou, mas também passou a fazer parte de uma cultura de massa, sendo produzido e difundido mundialmente por meio da televisão, do rádio (os dois meios de comunicação de massa da época), e hoje em dia, da internet.

Memes como possibilidade de exercício de cidadania digital por meio do humor e de crítica social

Os memes são descritos pela literatura como uma manifestação da cultura digital, que reflete a vivência das liberdades de expressão e criatividade dos internautas, por meio, principalmente, do humor e da crítica social (De Souza, 2013; Guerreiro e Soares, 2016; Sékula, 2016; Bernardes, 2019; Oliveira et al., 2019; De Sousa, 2020; Piantavinha, 2022; Guimarães, 2024). Os autores em referência definem, de forma consensual, os memes como textos híbridos, ou seja, que associam texto, vídeo e imagem estática, sendo produto de um assunto amplamente conhecido ou falado numa determinada sociedade, por meio do qual várias pessoas, usando da sua criatividade, reproduzem ou replicam, nas suas redes sociais digitais, esse discurso reinterpretando, (re)criando diferentes contextos para o seu uso numa atitude, geralmente, de crítica social, de humor e de debate público.

O artigo "Memes na Cultura Digital: um olhar sociológico sobre os memes enquanto práticas culturais" (2022, s.p.) de Luigi Piantavinha esclarece o caráter essencialmente replicador dos memes pela Internet que se consubstancia numa cultura digital "inclusiva". Mais, em "Memes de redes sociais digitais enquanto objetos de aprendizagem na Cibercultura: da viralização à educação" (2019, p. 2), Kaio Eduardo Oliveira, Cristiane de Magalhães Porto e André Luiz Alves corroboram o facto de que este caráter replicador ou viral que os memes apresentam permite um agenciamento por parte dos internautas para recriarem diferentes interpretações dos acontecimentos e, assim, participarem de forma ativa na reflexão dos mesmos em suas sociedades recorrendo à "sua possibilidade de replicação enquanto gênero digital da Cibercultura. Replicação esta, em vários formatos e em diferentes contextos, implicados em discussões públicas que criam subjetividades e sentidos em quem se apropria de seu discurso".

A monografia de licenciatura em Letras, intitulada "Memes nas redes sociais: o humor como fonte de leitura crítica" (2020, s.p.) de Mylena Viriato de Sousa faz menção à dimensão formal, no contexto dos estudos das letras, que os memes vêm ganhando ao reconhecer nesta expressão da cibercultura um "gênero textual", orientado para a crítica social, à disposição de um número cada vez maior de usuários do ciberespaço, que se constrói e se consolida de forma informal e sem a típica rigidez linguística exigida na construção de narrativas textuais. Sousa (2020, s.p.) argumenta que

os memes já formam um gênero textual que não se apresentam apenas como interações no cotidiano das redes sociais, mas se constituem em textos que revelam expressões, opiniões e críticas frente à sociedade. Assim, em um ambiente pouco monitorado, os memes ganharam espaço (...) embora circulem despreziosamente.

Estas características genericamente replicadoras, despreziosas, informais e humorísticas que compõem os memes são analisadas a partir de dois prismas: “irrelevante” (Oliveira et al., 2019, p. 2) e como uma plataforma que permite com que “novas vozes entr[e]m em disputa pela possibilidade de (re)significar o mundo”, indica Ricardo José Sékula, na sua dissertação, *Os memes como exercício de contrapoder a discursos político-midiáticos: uma reflexão a partir dos debates eleitorais de 2014* (2016, p. 22). Paradoxalmente, a perspectiva de “irrelevância” atribuída à possibilidade que os memes criam como exercício de cidadania digital é o que reflete o espaço democrático que o ciberespaço estabelece como mecanismo de inclusão de vozes tradicionalmente marginalizadas pelos média convencionais. A monografia de licenciatura em Letras intitulada “A construção do humor nos memes sob as perspectivas da gramática do design visual e da semiótica social multimodal” (2019, p. 9) de João Paulo Bernardes explica que os memes espelham a informalidade linguística e comunicacional ao tolerar, por exemplo, atropelos linguísticos, ortográficos e a falta de qualidade imagética das publicações que fazem parte desse universo humorístico ou cómico do próprio género meme, tornando este género textual menos sério, mais leve e apetecível ao exercício da liberdade de expressão. Segundo o autor:

Cabe ressaltar que na produção dos memes não há uma grande preocupação com a estética das imagens, (...), muitas vezes são feitos com imagens desfocadas, de má qualidade, pois não há tanto uma cobrança quanto a isso (...) Também não se é cobrado uma linguagem culta, muito pelo contrário, o humor também se constrói a partir dos inúmeros erros gramaticais existentes, muitas vezes, propositais. Todo esse desprendimento quanto à forma deve-se ao fato de que o meme é feito de maneira amadora, qualquer um pode criar essas imagens e vinculá-la da maneira e onde quiser (Bernardes, 2019, p. 9).

Depois desta breve descrição do papel do humor e dos memes na construção de discursos de gestão de crises sociais e de exercício simbólico de contrapoder, passa-se a apresentação do contexto académico que tem orientado as abordagens sobre cidadania digital em Moçambique.

Cidadania digital em Moçambique

Da literatura consultada, duas principais abordagens sobre a cidadania digital em Moçambique podem ser traçadas: a primeira, relacionada ao uso dos média digitais para a mobilização ao voto e aos protestos, e a segunda, ligada ao processo de democratização dos mecanismos de participação dos cidadãos na tomada de decisão das instituições do Estado, o que inclui a expansão dos serviços de Internet principalmente nas regiões rurais e nas universidades deste país (Maleane, 2012; Matusse e Fofonca, 2017; Simione e Ckagnazarof, 2017; Joanguete, 2018; Manjate Júnior, 2019; Tsandzana, 2018, 2019, 2020; Uacane e Pego, 2021; Feijó, 2023). Para tecer os argumentos que sustentam o primeiro debate sobre a cidadania digital em Moçambique, recorre-se às publicações de Dércio Tsandzana, nomeadamente: “Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos conectados desamparados” (2018), “Cidadania e Redes Sociais: um convénio que favorece o engajamento cívico da juventude urbana em Moçambique?” (2019) e “Redes Sociais da Internet como ‘Tubo de Escape’ Juvenil no Espaço Político-Urbano em Moçambique” (2020). Nestes artigos, Tsandzana, de forma genérica, tende a focar a sua pesquisa na cidadania por meio da participação dos cidadãos em pleitos eleitorais, mostrando que após as primeiras eleições democráticas

em Moçambique, realizadas em 1994, tem havido um decréscimo nos níveis de participação dos cidadãos nestes processos políticos. O autor se posiciona nos seguintes termos:

Moçambique vive, nos últimos anos, uma renovação da sua paisagem político-social no exercício da cidadania (...), embora se admita que a participação destes [cidadãos] em processos políticos – voto – regista um grande decréscimo se comparado com as taxas de abstenção registadas em 1994, ano das primeiras eleições gerais no país (2019, p.185).

Na sua publicação de 2018, Tsandzana mostra que apesar do reconhecimento, pela juventude, de que os atores políticos estão a investir cada vez mais nas redes sociais digitais para fazerem chegar as suas propostas políticas, estes meios de comunicação têm sido pouco efetivos como mecanismos de mobilização para o voto. Esclarece o autor:

Voltando para 2014, ano em que se realizaram as últimas eleições gerais em Moçambique, tanto os jovens de Maputo, como os da Beira, foram unânimes em afirmar que as redes sociais representaram um 'ponto de viragem' para o seguimento das acções dos actores políticos (partidos e candidatos), mas esta acção não teve um impacto substancial na sua decisão final de voto (Tsandzana, 2018, p. 246).

Adicionalmente, a menção ao papel da sociedade civil para a mobilização da participação dos cidadãos nos processos eleitorais através de mecanismos de monitoria dos mesmos é feita tanto por Tsandzana (2020) como por Joanguete (2018), ao fazerem referência à plataforma *Txeca*, financiada pelo governo do Canadá, que tem vindo a alimentar o ciberactivismo nacional. (...) [ao] permit[ir] que os cidadãos enviem SMS com relatórios de problemas das mesas de votação. A informação enviada pode ser visualizada no website do *Txeca*. (...) Qualquer problema relatado é enviado para as autoridades competentes, a fim de ser resolvido", assim indica o artigo "Comunicação política e cibercidadania: um desafio para as democracias emergentes" (2018, p. 201) de Celestino Joanguete. Tsandzana (2020, p. 171) também sublinha que "Um exemplo de participação juvenil através da internet é o Olho do Cidadão/Txeka – uma iniciativa cívica que congrega jovens que usam as redes sociais e blogs para monitorar a ação governativa e promover a participação política dos cidadãos".

Joanguete (2018, p. 204) evidencia, na sua pesquisa, os desafios enfrentados à luz da implementação do governo eletrónico (*e-Gov*) em Moçambique, mostrando que num conjunto de 21 entidades governamentais analisadas, apresentam-se casos (de entre outros) de algumas que ainda não disponibilizavam estes serviços ou com conteúdos incompletos, dificultando o acesso pleno à informação por parte do cidadão. Segundo o autor, os resultados permitem concluir que

A pesquisa que conduzimos mostra que a implementação da Lei do Direito à Informação através dos 21 websites dos ministérios que fazem parte do governo central, ainda não está a ser efetiva, uma vez que existem deficiências na produção de conteúdos de interesse do cidadão, bem como do processo de acesso à informação (Joanguete, 2018, p. 204).

Para além da perspetiva eleitoral e de *e-Gov*, Tsandzana aborda as questões sobre a cidadania digital por meio da mobilização para ações de protesto realizadas entre 2013 e 2016, nomeadamente: a Marcha pela

Paz e Contra os Raptos (31 de outubro de 2013)¹, o Protesto Contra as Regalias do Presidente da República e dos Deputados (16 de maio de 2014)², o Protesto de Repúdio ao Assassinato do Professor Catedrático Gilles Cistac (7 de março de 2015)³ e o Protesto Contra as Dívidas Ilegais (18 de junho de 2016)⁴. Segundo o autor, as redes sociais digitais serviram de plataformas importantes para a produção de conteúdo mobilizador dos protestos e das marchas. Tsandzana destaca ainda, nos seus artigos, que as redes sociais têm tido fraco poder mobilizador para o voto em pleitos eleitorais em Moçambique, chegando a classificar estas plataformas como “caixas de reclamações”, por não conseguirem ativar na juventude um sentido cívico quer para a votação quer para outras formas de participação política ativa, como limpezas coletivas na cidade de Maputo, por exemplo, e ações de protesto/marchas. O autor afirma que

Os jovens das duas cidades [Maputo e Beira] notam, com alguma satisfação, que de 2014 a 2017 tenha existido alguma evolução no uso das redes sociais como espaços de participação política, embora prevaleça a apatia generalizada que caracteriza-se pelo ‘reclamar dentro da caixa’, ou seja, a juventude protesta somente nas redes sociais” (Tsandzana, 2017, p. 247).

É pertinente incluir o artigo “Eleições e comunicação em Moçambique: Entre o humor, os *memes* e a internet” (2023) de Tsandzana, no qual o autor se debruça sobre o papel do humor e dos memes em contextos de campanha eleitoral. Usando como estudo de caso as VI eleições gerais de 2019, Tsandzana mostra como os memes foram politicamente usados como ferramenta de persuasão e disputas ideológicas entre o partido dirigente, Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) no poder há 50 anos (1975-2025) e o partido da oposição Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). O autor também explora, de forma breve, o impacto das *fake news* neste processo eleitoral, mostrando uma página de *Facebook* falsa do candidato da RENAMO. O estudo conclui que:

Considerando as limitações de acesso à Internet no país, os exemplos revelam a existência de uma tendência crescente do uso de imagens e memes como forma de acção política, destacando, sobretudo, práticas de ridicularização política ou simples actos de propaganda. Tal é feito por simpatizantes partidários, anónimos ou, ainda, por páginas oficiais de partidos políticos. Igualmente, pode-se concluir que o facto de se usar o humor como alternativa contra um aparente fecho do espaço cívico para a realização de actos de activismo político (Pereira et al., 2020), dada à existência de um clima de permanente impedimento para que as pessoas manifestem o seu pensamento político em períodos eleitorais. Dessa forma, as redes sociais da Internet emergem como um ‘tubo de escape’ (Tsandzana, 2020) por se considerar.

A segunda leitura que se pode extrair das pesquisas sobre cidadania digital em Moçambique consultadas para a realização deste estudo refere-se à disponibilização dos serviços de Internet e das TIC pelo governo moçambicano aos seus cidadãos. A tese de doutoramento *Tecnologias de Informação e Comunicação como um Meio de Inclusão e Exclusão Social em Moçambique: O Caso do Ensino Superior* (2012, p. 85) de Susana Otilia Tomás Maleane aborda os desafios inerentes à massificação das TIC e da Internet por meio de

¹ [Marchas pela paz e contra os raptos reúnem milhares de pessoas em Moçambique \(rtp.pt\)](https://rtp.pt/marchas-pela-paz-e-contra-os-raptos-reunem-milhares-de-pessoas-em-mocambique) consultado a 03 de setembro de 2024.

² <https://pt.globalvoices.org/2014/05/15/mocambicanos-organizam-protesto-contra-as-regalias-dos-ex-governantes/> consultado a 03 de setembro de 2024.

³ [Marcha em Maputo em homenagem ao constitucionalista assassinado | África | PÚBLICO \(publico.pt\)](https://publico.pt/afrika/marcha-em-maputo-em-homenagem-ao-constitucionalista-assassinado) consultado a 3 de setembro de 2024

⁴ <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-marcha-pac%C3%ADfica-de-apoio-%C3%A0-paz/a-19339369> consultado a 3 de setembro de 2024.

telecentros e das Instituições de Ensino Superior em Moçambique, defendendo que mais do que infraestruturas tecnológicas, a orientação deveria também incluir o acesso à educação que permitiria uma melhor socialização com estas ferramentas, bem como potenciar os usuários sobre as possibilidades destas tecnologias. Do mesmo modo, a tese de doutoramento *Processo da Inclusão Digital em Moçambique* (2016) de António Manjate Junior procura refletir sobre a relevância da inclusão digital em Moçambique através dos benefícios que as TIC trazem para o processo de ensino e aprendizagem. A este respeito, o artigo “A literacia digital e as estratégias para o desenvolvimento de competências na aprendizagem em EAD: perspectivas do centro de recurso de Maputo, Moçambique” (2017) de Olivia Maria Matusse e Eduardo Fofonca explica que a fragilidade das políticas de inclusão digital, que tiveram início na década de 1990, consiste na “tendência em apostar mais na inclusão da população urbana, em detrimento das regiões periféricas e rurais, que constituem um grande número da população moçambicana”. Finalmente, a publicação “As Tecnologias de Informação e Comunicação no Contexto do Ensino Superior em Moçambique no Período COVID-19. Análise de um Estudo de Caso” (2021) de Mário Silva Uacane e Ana Cristina Pego evidencia o impulso que a COVID-19 desempenhou para o investimento no uso das TIC no ensino superior em Moçambique e as potenciais vantagens do uso destes recursos na qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Por sua vez, o artigo “Governança Participativa em Moçambique: Dinâmicas do Envolvimento dos Cidadãos na Gestão Municipal na Cidade de Xai-Xai” (2017) de Albino Alves Simione e Ivan Beck Ckagnazarof oferece o contexto da introdução de políticas democráticas de participação cívica e política em Moçambique que, como já exposto, iniciou na década de 1990 a partir da assinatura dos Acordos Gerais de Paz que colocaram fim à guerra civil (1976-1992) entre o governo formado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o então grupo rebelde que reivindicava o fim do regime socialista para um democrático, formado pela Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Com o fim desta guerra, o país estabeleceu a primeira *Constituição* democrática que formalizou a passagem da República Popular de Moçambique para a República de Moçambique. Segundo os autores, “Os discursos acerca da Governança Participativa (GP) surgiram em Moçambique nos finais da década de 1990 (...) Podemos afirmar em termos gerais que as ideias sobre a GP se tornaram predominantes no contexto dos esforços de construção do Estado democrático, do fortalecimento da cidadania ativa e da criação de mecanismos para a gestão democrática na escala local” (Simione e Ckagnazarof, 2017, p. 64-65). Nota-se, neste contexto, que as perspetivas apresentadas orientam o debate sobre a cidadania digital em Moçambique para um sentido institucional ou de providência (serviço) estatal e da sociedade civil, por meio do qual os cidadãos usufruem dos serviços/mecanismos de comunicação digital disponibilizados pelo Estado.

As abordagens sobre as possibilidades que o ciberespaço tem criado para a livre iniciativa do cidadão para, usando da sua liberdade de expressão, expor as suas preocupações ou interpretações sobre os acontecimentos do quotidiano moçambicano são, ainda, escassas. O contexto que pode ajudar a compreender o sentido institucionalizado do exercício da cidadania em Moçambique e que tende a negligenciar a autenticidade inerente à participação política por interesse, diga-se, genuíno do cidadão fora desse sentido mobilizador institucionalizado está associado, defende-se, ao percurso histórico-político que caracterizou a formação do Estado Moçambicano depois da Proclamação da Independência de Portugal em 1975, que se constituiu como socialista.

Para melhor entendimento, recorre-se ao artigo “Cultura política e cidadania em Moçambique: uma relação conflituosa” (2014) de Elísio Macamo, que reflete sobre as dinâmicas histórico-políticas que orientam o sentido de cidadania em Moçambique. Neste prisma, Macamo (2014) explica que o sentido de cidadania moçambicana foi construído a partir do legado do regime socialista adotado pela FRELIMO logo após a independência do regime colonial de Portugal em 1975. De 1975 até esta parte, a FRELIMO se manteve como partido que governou o país, que, apesar da mudança de regime para democrático na década de 1990, mantém ativos resquícios da ideologia socialista que definiu o seu pensamento de unidade nacional fundado no ideal de governação do país a partir das diretrizes centralizadoras e autoritárias por ela emanadas. Para o autor:

Na verdade, e contrariamente ao que muitos têm dito, a Frelimo actual (...) é a realização plena do projecto político que produziu essa cultura política, um projecto político assente na subordinação da cidadania à vontade particularista do Estado. (...) [...] Dito doutro modo, o princípio básico da tradição política que fundou Moçambique é a ideia de que a liberdade do cidadão é função de um projecto político nacional. (...) A cidadania não se referia à satisfação de um direito natural que tornava o direito à dignidade humana individual anterior ao Estado, mas sim a algo que só era realizável a partir da existência do Estado (Macamo, 2014, pp. 45-46).

Methodologia e objetivos

Esta pesquisa intenciona contribuir para o entendimento de como os cidadãos em Moçambique têm usado as suas redes sociais digitais para, de forma não institucionalizada e usufruindo da liberdade de expressão, exporem as suas agendas e interpretações sobre os diferentes assuntos que dominam a atualidade do quotidiano deste país. Para o efeito, foram selecionados quatro memes, nomeadamente: “TSU: suor e lágrimas”; “AgosTSU”; “Governo zangou nem TSU e nem TSA: Professores e dívidas neste momento”; “Eu dou aulas na TSUurma ‘B’”, que circularam na rede social digital *Facebook*, os quais foram estudados à luz da Análise Crítica do Discurso (ACD).

Segundo o artigo “Metodologias Qualitativas: Análise do Discurso” (1998, pp. 107-108) de José Azevedo, a ACD tem por objetivo estudar as diferentes maneiras como a linguagem é utilizada tanto para construir e manter sentidos de vida hegemónicos, bem como para contestá-los e propor alternativas. O autor defende que o uso da linguagem é intencional e interfere ou influencia na forma como se percebe, se acomoda e se resiste às diferentes relações de poder. Nas palavras de Azevedo (1998, p. 108): “A ideia central em toda ‘investigação discursiva’ é sim a de salientar as formas em que a linguagem constrói, regula e controla o conhecimento, as relações sociais e as instituições, e de examinar as formas pelas quais as pessoas utilizam ativamente a linguagem na construção do significado da vida quotidiana”.

Igualmente, em “Análise de Discurso Crítica: os porquês” (2020: 21), Adriana dos Santos Pereira et al. indicam que o objetivo da utilização da ACD é um engajamento questionador ou crítico sobre a prática social da linguagem, fornecendo possibilidades de interpretação, respeitando os contextos socioculturais e incluindo o discurso nas suas diferentes modalidades, seja “(i) enunciado oral, escrito ou multimodal, (ii) mensagem solene e extensa, (iii) conjunto de enunciados característicos do modo de pensar e/ou agir de dados grupos e, por fim, (iv) como uma dimensão da prática social”.

Em “A Análise Crítica do Discurso como Alternativa Teórico-Metodológica para os Estudos Organizacionais: Um exemplo da Análise do significado representacional” (2019, p. 416), Helena Salles e Eloise Helena Dellagnelo destacam que “A ACD busca superar uma lacuna entre teorizações baseadas na linguagem e pesquisas voltadas para uma explanação do papel da linguagem em práticas sociais contextualizadas”, ou seja, a ACD preocupa-se em abordar a linguagem sob o ponto de vista ideológico. Paralelamente, Pereira et al. (2020, p. 23) detalham que a função interpretativa que sustenta a ACD é importante para desvendar a praticidade da linguagem e as dinâmicas que nela operam que ajudem na busca de alternativas para a construção de sentidos de vida mais democráticos e que reduzam desigualdades que permeiam as sociedades. Para os autores:

Em síntese, podemos afirmar que fazer Análise de Discurso Crítica, nos dias de hoje, significa comprometer-se com o labor da interpretação especializada na dimensão da prática social de que nos ocupamos, sempre em perspectiva problematizadora e engajada. Significa, portanto, estabelecer diálogos, fazer conexões, tudo em prol de uma sociedade que se busque, a cada dia, mais democrática e menos desigual (Pereira et al., 2020, p. 23).

Por fim, Azevedo (1998, pp. 108-110) aclara que três principais diretrizes orientam a ACD: (i) a variabilidade que tem que ver com a análise das diversas maneiras com que a linguagem representa significados num determinado enunciado; (ii) construção relacionada com a simbiose entre linguagem e contexto cultural em que está inserida, bem como a interação social e os processos de entendimento social que se estabelecem e (iii) função que está ligada à utilização prático-ideológica da linguagem ou à sua intencionalidade e consequência num determinado contexto ou enunciado. Sobre esta última diretriz, o autor especifica que “as abordagens discursivas concentram-se nas utilizações e efeitos da utilização da linguagem. Mesmo quando parecemos estar somente a descrever, os nossos comentários tem sempre outros efeitos, sejam eles de reforço ou de subversão, de ironia ou de apoio do que foi descrito” (Azevedo, 1998, p. 109).

A ACD funciona como metodologia que permite compreender de que forma o conhecimento e as abordagens sobre a cidadania digital em Moçambique têm sido direcionados ou construídos e o contexto histórico-político que lhe serve de sustentação, o que tem possibilitado a extração de lacunas científico-analíticas que constituem oportunidade de problematização, por um lado, e, por outro, a janela de oportunidade para inclusão de temáticas que permitem gerar alternativas de desconstrução do paradigma de cidadania no país como projeto político nacional e de providência do Estado. Noutro prisma, a ACD criou a possibilidade de interpretar os memes que servem de objeto de estudo desta pesquisa no prisma da funcionalidade da linguagem e da intencionalidade que lhes deram sentido, ou seja, como crítica social e alívio face à crise gerada pelo atraso salarial dos funcionários públicos, tendo permitido gerar uma temática geral que ajudou na compreensão de que a cidadania digital transcende o sentido simbólico de participação cívica descrito no discurso científico apresentado neste estudo sobre a cidadania digital em Moçambique e que, em alternativa, se materializa como “o direito à dignidade humana individual anterior ao Estado” (Macamo, 2014, p. 46).

Resultados

Memes como exemplos de cidadania ativa e manifestação do “interesse pela coisa pública”

O governo de Moçambique aprovou a Tabela Salarial Única (TSU) por via da Lei nº 5/2022 de 14 de fevereiro, que estabelece os princípios, regras e critérios para a fixação de remuneração dos servidores públicos (Diário online “A Carta de Moçambique”⁵). No entanto, logo após a entrada em vigor da referida Lei, a 15 de junho de 2022, despoletaram reclamações por parte dos funcionários públicos devido a inconformidades existentes na aplicação da TSU referentes ao tempo de serviço e à idade. Este facto contribuiu para que o governo de Moçambique recuasse na implementação da TSU, o que supostamente provocou atraso no pagamento dos salários dos meses de julho e de agosto de 2022, indignando a sociedade que exigiu o retorno da Tabela Salarial Antiga (TSA). Este recuo gerou manifestações de indignação e solidariedade coletiva através do uso das redes sociais digitais com enfoque para o *Facebook* com títulos como: “TSU: suor e lágrimas”; “AgosTSU”; “Governo zangou nem TSU e nem TSA: Professores e dívidas neste momento”; “Eu dou aulas na TSUrma ‘B’”, como se pode verificar nas figuras a seguir apresentadas:

Figura 1: “TSU: Suor E Lágrimas” e Figura 2: “AgosTSU”.

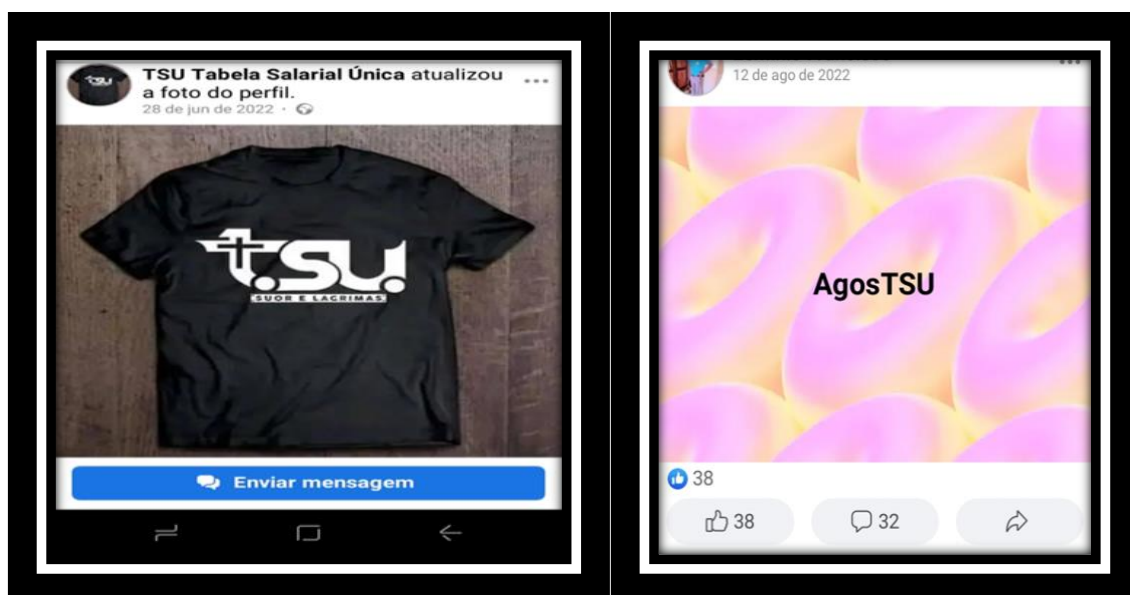
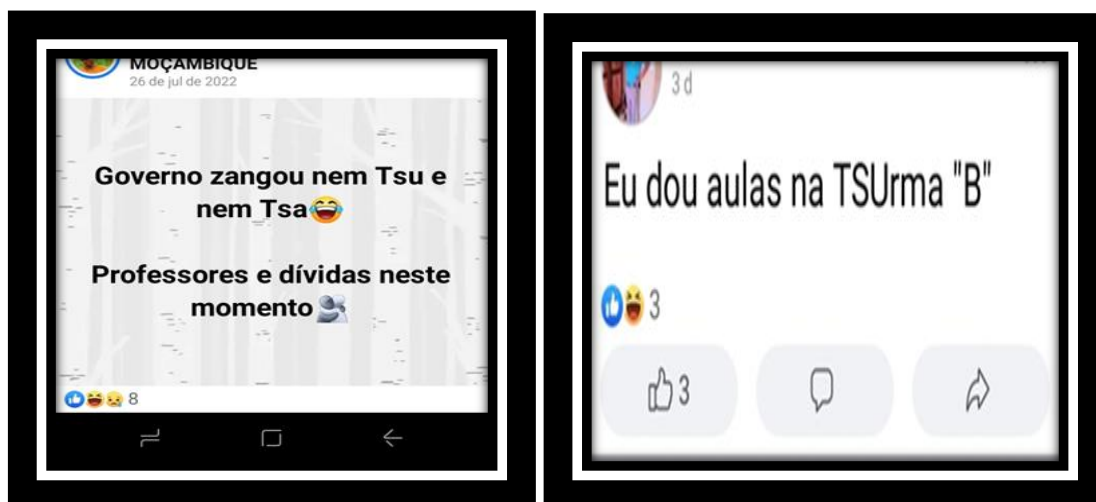


Figura 3: “Governo zangou nem Tsu e nem Tsa[.] Professores e dívidas neste momento”.

Figura 4: “Eu dou aulas na TSUrma ‘B’”.

⁵Publicado em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/11629-governo-devolve-tsu-ao-parlamento> (24 de agosto de 2022)



As narrativas irónicas e humorísticas que foram criadas para expressar indignação, por um lado, e solidariedade, por outro, face aos impactos socioeconómicos decorrentes da suspensão da Tabela Salarial Única (TSU) e o consequente atraso na disponibilização dos salários dos funcionários públicos, servem de evidência para validar o argumento de que os memes se consubstanciam na participação ativa dos cidadãos no debate sobre os diferentes assuntos que orientam a sociedade moçambicana. Estes argumentos *per se* conduzem para a dedução de que a cibercultura, por ser essencialmente “universal sem totalidade” (Lévy, 1999 *apud* Vicente e Andrade, 2020, p. 73), gera uma filosofia alternativa àquela imposta pelo contexto histórico e político que tem atribuído sentido às vivências e/ou perceções sobre a cidadania em Moçambique, usualmente vinculado a um “projecto político nacional” (Macamo, 2014, p. 47). Neste sentido, os memes indicam a existência de uma consciência que possibilita ou efetiva atitudes manifestas de “um direito natural que torn[a] o direito à dignidade humana individual anterior ao Estado” (Macamo, 2014, p. 46), porque a cibercultura se consubstancia como um meio não totalizável e, por isso, adverso a centros de poder e potencializador da liberdade de expressão. Esta tese sustenta e materializa a inteligência coletiva, ao possibilitar gerar e consumir conteúdos pelos seus usuários. Nesta perspetiva, os memes em análise, como elementos da cibercultura, também materializam ou evidenciam a ideia de abertura para as infinitas possibilidades de participação individual e coletiva em causas, ações de denúncia e pensamento crítico sobre a realidade. Assim acontece porque “Para defender uma causa ou ideal, basta estar conectado” (Calvacante, 2010, p. 36). Cavalcante (2010, p. 36) lembra que “Um dos principais objetivos deste ativismo eletrónico é combater o desinteresse pela coisa pública e criar canais de participação autênticos”. Assim, “TSU: suor e lágrimas”; “AgosTSU”; “Governo zangou, nem TSU e nem TSA: Professores e dívidas neste momento” e “Eu dou aulas na TSUurma ‘B’” denotam o ativismo, criatividade e sentido de interesse pela coisa pública pois, cidadãos afetados ou não pelos inconvenientes gerados por meio das incongruências no processo de implementação da TSU usaram do direito à liberdade de expressão para colocarem o seu sentimento de indignação.

O humor desempenhou o seu papel de gestor de tragédias de crises sociais, de contrapoder e de crítica social, reiterando o pressuposto defendido no artigo “A ironia como produção de humor e crítica social: uma análise pragmática das tiras de Mafalda” (2009, s.p.) de Mônica Lopes Smiderle de Oliveira, de que a ridicularização dos problemas, tragédias ou crises sociais geram “tolerância dos abusos, das idiossincrasias

e dos desvios (MINOIS, 2003)”, como também “provoca[m] uma sensação de alívio que pode amenizar a tristeza e também pode ser uma voz que critica camufladamente” (Oliveira, 2009, s/p.). Sincronicamente, trabalhar e não poder usufruir do seu salário consubstancia-se na cruz que a letra “t” de TSU representa em “suor e lágrimas” e no sentimento de impotência simbolizado pelo luto que a camiseta preta concretiza. Igualmente, em “dívidas neste momento” ilustra-se a tristeza e a crise que a TSU causou. Do mesmo modo, do humor serviu para mostrar que até ao mês de agosto/“AgosTSU” não havia ainda salários e, por isso, esta situação seria, possivelmente, o reflexo da “zanga” do governo pela pressão social e a sua incapacidade de resposta face às inconformidades da TSU. Finalmente, o lembrete de que os professores que continuavam a lecionar em diferentes turmas/“TSUurma”[s] estavam em situação difícil e com dívidas, inspirou não apenas a “voz que critica camufladamente”, como também a necessidade de “amenizar” e “aliviar” tamanhas tristeza e crise.

Conclusão

Com o objetivo de compreender de que forma a cidadania digital em Moçambique tem sido um portal de manifestação de vivência de um sentido de cidadania ativa e participativa face aos diferentes acontecimentos que regem o quotidiano desta sociedade, foi desenvolvido este estudo “Governo zangou. Nem TSU e nem TSA’. Rindo para não chorar: Cibercultura e cidadania ativa em Moçambique”. Através da ACD foi possível traçar alguma tendência do discurso académico que tem orientado as pesquisas sobre a cidadania digital em Moçambique e o contexto que lhe terá dado origem. Através deste exercício, ficou patente que existe uma certa inclinação para centralizar a legitimidade de cidadania ativa por meio da providência estatal ou institucional que possibilita, num primeiro momento, o acesso às infraestruturas técnicas tanto das TIC como de Internet aos cidadãos e, num segundo instante, a mobilização para a participação em pleitos eleitorais e de protestos ou de outras atividades cívicas coletivas. A possibilidade que o ciberespaço cria para a manifestação do interesse individualizado e coletivo sobre “a coisa pública”, por via da exposição da crítica social, opinião e reflexão sobre eventos sociais que marcam a vida política, económica, social, cultural e tecnológica de Moçambique parece ser, ainda, uma agenda negligenciada no campo teórico-científico. No entanto, os dados analisados nesta pesquisa permitem concluir que seria importante validar a cibercultura e os elementos que lhe dão sentido, através, por exemplo, dos memes, como um ato autêntico e genuíno de participação cívica. O sentido criativo dos memes em análise, em especial, por meio do humor, constitui um elemento interessante para entender como os internautas se posicionam e refletem a realidade que os circundam.

Referências bibliográficas

Azevedo, J. (1998). Metodologias qualitativas: Análise do discurso. Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 107-114. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8902->

- Bernardes, J. P. S. (2019). A construção do humor nos memes sob as perspectivas da gramática do design visual e da semiótica social multimodal. Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/708890205/ARTIGO-A-construcao-do-humor-nos-memes-sob-as-perspectivas-da-gramatica-do-design-visual-e-da-semiotica-social-multimodal>.
- Bernardo, M. C. C. (2018). O (novo) humor à luz da Análise do Discurso Crítica. Universidade de Brasília. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/22588>.
- Bezerra, B. B., & Ofemann, R. (2016). Humor, ironia e intertextualidade: Produção e consumo da série Narcos no Facebook. *Signos do Consumo*, 8(2), 54-66. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-5057.v8i2p54-66>.
- Carvalho, J. M. G. V. de, Gomes, L. R., Zuin, A. A. S., & Lastória, L. A. C. N. (2025). Cidadania digital crítica em meio aos desafios políticos impostos pela pandemia da COVID-19. *Educação*, 50(1), e1/1-32. <https://doi.org/10.5902/1984644484802>.
- Cavalcante, R. F. (2010). Ciberativismo: Como as novas formas de comunicação estão a contribuir para a democratização da comunicação. Universidade nova Lisboa. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/5305?mode=simple>.
- Guimarães, J. S. (2024). O Meme como Linguagem Social e seu Uso na Educação. *Revista Pleiade*, 18(43), 70-78. DOI: <https://doi.org/10.32915/pleiade.v18i43.1024>.
- da Silva, J. A. (2014). Nova esfera pública na era da cibercultura. *Revista Inter-Legere*, (14)14. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/5309>.
- Dal-Sasso, S. M. (2016). O humor e a ironia no Auto da Compadecida. *Revista Científica da Faminas*, 4(2).
- de Mattos, A. Leal., & Camargo, L. R. (2016). Rir para não chorar: O retrato crítico da moralidade do homem de classe média na crônica de Luís Fernando Veríssimo. *Caderno PAIC*, 16(1), 457-474. Disponível em: <https://cadernopaic.fae.emnuvens.com.br/cadernopaic/article/view/108>.
- de Oliveira, M. L. S. (2008). A ironia como produção de humor e crítica social: uma análise pragmática das tiras de Mafalda. Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/5270>.
- Dias, C., & Santos, C. (2019). Cidadania Digital para Todos? In C. Carvalho, M. A. Barreto, & F. Santos (eds.), COOPEDU IV — Cooperação e Educação de Qualidade (1-). Centro de Estudos Internacionais. <https://books.openedition.org/cei/1112>.
- Feijó, J. (2023). Os espaços de participação e de exercício da cidadania, na voz de líderes associativos da província de Cabo Delgado. *OMR - Observatório do Meio Rural*, 133. Disponível em: <https://omrmz.org/wp-content/uploads/2023/01/OR-133-Spaces-for-participation-and-exercise-of-citizenship-4.pdf>.
- Fernandes, A. B., & Stauffer, L. T. (2028). Desenhando o ciberativismo no Facebook: A potência da crítica em páginas de ilustradores independentes. In A. A. Braighi, C. Lessa, M. T. Câmara (Eds), *Interfaces do Midiativismo: Do conceito à prática* (pp.908-927). CEFET-MG: Belo Horizonte. Disponível em:

- <https://interfacesdomidiativismo.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/06/e-book-interfaces-do-midiativismo1.pdf>.
- Ferreira, D. A. (2009). O humor como resistência ao controle social autoritário no Brasil pós-1964: Reflexões sobre a imprensa alternativa. XII Simpósio Internacional Processo Civilizador, (12). Disponível em: https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C_Ferreira2.pdf.
- Flores, P., & Escola, J. (2009). O papel das novas tecnologias na construção da cidadania: a plataforma Moodle no 1º ciclo do Ensino Básico. *Observatório Journal*, 3(1), 77-96. <https://doi.org/10.15847/obsOBS312009134>.
- Guedes, Eduardo Rosa (2021). Perspectivas da Internet: um ensaio comparativo entre Pierre Levy e Paul Virilio. *Novos Rumos Sociológicos*, 9(5), 256-272. DOI: <https://doi.org/10.15210/norus.v9i15.20839>.
- Joanguete, C. (2017). Comunicação política e cibercidadania: um desafio para as democracias emergentes. *Comunicação e política: Tempos, contextos e desafios*, 195-208. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326198998_Comunicacao_politica_e_cibercidadania_um_desafio_para_as_democracias_emergentes.
- Leite, C. R. (2021). A cultura dos memes: Reflexões fundamentais de interesse à Ciência da Informação. Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- Lévy, Pierre. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34. Disponível em: <https://materiaapoioaotcc.pbworks.com/f/11036046-Cibercultura-Pierre-Levy.pdf>.
- Macamo, E. (2014). Cultura política e cidadania em Moçambique: uma relação conflituosa. *Desafios para Moçambique*, 41-60. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014.pdf>.
- Maleane, S. O. T. (2012). Tecnologias de informação e comunicação como um meio de inclusão e exclusão social em Moçambique: O caso do ensino superior. Universidade de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11914>.
- Manjate J. A. (2019). Processo da inclusão digital em moçambique. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/194949>.
- Martins, A. I. C. (2015). A seriedade do Humor ao longo dos séculos: uma retórica do poder político ou de um contra-poder?, *Ágora. Estudos Clássicos em debate*, 17, 323-345. DOI: <https://doi.org/10.34624/agora.v0i17.8841>.
- Matussei, O. M., & Fofonca, E. (2017). A literacia digital e as estratégias para o desenvolvimento de competências na aprendizagem em EAD: Perspectivas do centro de recurso de Maputo, Moçambique. *Comunicação & Educação*, 22(2), 95-108. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v22i2p95-108>.

- Noronha, L. (2013). Ativismo na internet—uma nova configuração de esfera pública. IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES. Disponível em: https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/10.1.1_Ludmila_Noronha.pdf.
- Oliveira, K. E. J., Porto, C. M., Alves, A. L. (2019). Memes de redes sociais digitais enquanto objetos de aprendizagem na Cibercultura: Da viralização à educação. *Acta Scientiarum. Education*, 41. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v41i1.42469>.
- Patrocínio, T. (2008). Para uma genealogia da cidadania digital. *EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO & TECNOLOGIAS*, 1(1), 47–65. Disponível em: <https://eft.educom.pt/index.php/eft/article/view/18>.
- Pereira, A. S., Silva, A.P. N., Santana, A. L. S., de Lima, F. H. R., Irineu, L. M., dos Santos, S. F. (2020). Introdução. Análise de discurso crítica: Os porquês. In L. M. Irineu, A. S. Pereira, A. P. Nogueira; A. L. S. Santana, F.H.R. de Lima & S. F. dos Santos (Eds), *Análise de discurso crítica: Conceitos-chave* (pp. 17-24). Pontes Editores. Disponível em: <https://www.uece.br/wp-content/uploads/2021/08/An%C3%A1lise-de-Discurso-Cr%C3%ADtica-VOL1-conceitos-chave.pdf>.
- Pereira, E. F., & Pereira, V. R. (2014). Cibercultura, ciberespaço e a reconfiguração da educação física escolar. In *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor, Produções Didático-Pedagógicas*, 3.
- Peres, F. C. L. (2019). Democracia no século XXI: A internet como ferramenta a serviço do cidadão e do Estado. *Dito Efeito-Revista de Comunicação da UTFPR*, 10(16), 1-20. DOI: 10.3895/rde.v10n16.10320.
- Piantavinha, L. (2022). Memes na Cultura Digital: um olhar sociológico sobre os memes enquanto práticas culturais. *Working Papers IS-UP*, 4(92). Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/144884>.
- Rojas, A., & Alejandro, X. (2018). Humor, comunicación y contrapoder. *Universidad Politécnica Salesiana Sede Quito*. Disponível em: <https://dspace.ups.edu.ec/handle/123456789/15933>.
- Rossi, T. J. N. (2017). Redes sociais e ciberativismo: Motivações, expectativas e esperança. Pontifícia Universidade católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. Disponível em: https://ppg.psi.puc-rio.br/uploads/uploads/1969-12-31/2017_f44ac13e48ea0de07b488bb0a8a78684.pdf.
- Rüdiger, F. (2013). As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores. *Sulina*. Disponível em: https://www.academia.edu/36352705/As_Teorias_da_Cibercultura.
- Salles, H. K., & Dellagnelo, E. H. L. (2019). A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os estudos organizacionais: Um exemplo da análise do significado representacional. *Organizações & Sociedade*, 26(90), 414-434. <https://doi.org/10.1590/1984-9260902>.
- Sékula, R. J. (2016). Os memes como exercício de contrapoder a discursos político-midiáticos: Uma Reflexão a Partir dos Debates Eleitorais de 2014. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174914>.

- Silva, M. T. da. (2013). Participação e deliberação: um estudo de caso dos comentários às notícias sobre as eleições presidenciais brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, 23, 82-95. [https://doi.org/10.17231/comsoc.23\(2013\).1615](https://doi.org/10.17231/comsoc.23(2013).1615).
- Simione, A. A., & Ckagnazaroff, I. B. (2017). Governança participativa em Moçambique: dinâmicas do envolvimento dos cidadãos na gestão municipal na cidade de Xai-Xai. *Administração Pública e Gestão Social*, 9(1), 64-74. doi. 10.21118/apgs.v1i1.1185.
- Sousa, M. V. (2020). Memes nas redes sociais: O humor como fonte de leitura crítica. Universidade de Brasília – UnB. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/27287>,
- Tsandzana, D. (2018). Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos conectados desamparados. *Comunicação e sociedade*, 34,. (pp. 235-250). <https://journals.openedition.org/cs/602>.
- Tsandzana, D. (2019). Cidadania e redes sociais: um convênio que favorece o engajamento cívico da juventude urbana em Moçambique. In: *Moçambique Neoliberal: Perspectivas críticas teóricas e da práxis* (pp. 185-196). Ethale Publishing & Editora Educar. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356423880_Cidadania_redes_sociais_e_juventude_urban_a_em_Mocambique.
- Tsandzana, D. (2020). Redes Sociais da Internet como 'Tubo de Escape' Juvenil no Espaço Político-Urbano em Moçambique., *Cadernos de Estudos Africanos*, 40,. (pp. 17-189). <https://doi.org/10.4000/cea.5500>.
- Tsandzana, D. (2023). Eleições e comunicação em Moçambique: Entre o humor, os memes e a internet. *Mediapolis–Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, (17), 115-133. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-6019_17_7.
- Uacane, M. S., & Pego, A. C. (2021) As tecnologias de informação e comunicação no contexto do ensino superior em Moçambique no período COVID-19. Análise de um estudo de caso. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem Estar-RECH*, 5(2), 114-127. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/8913>.
- Vianna, K. G. P. (2015). Indiretas Já: A crítica social no riso. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/5060>.
- Vicente, A. L., & Andradei, R. G. (2020). Das Teorias da Cibercultura: Entre Potencialidades, Contradições e Dilemas. *LUMEN ET VIRTUS Revista Interdisciplinar de Cultura e Imagem*, 11(28). Disponível em: https://www.jackbran.com.br/lumen_et_virtus/numero_28/PDF/cibercultura_dilemas.pdf.